

MEMÓRIAS DO CÁRCERE: TERROR E LITERATURA

Conceição Aparecida Bento (UMC - Villa-Lobos)¹

Memórias do Cárcere, obra de Graciliano Ramos, tem enredo conhecido. Apresentam-se no texto seis meses passados nas prisões da ditadura Vargas. Inicia-se com a referência ao momento da escrita – “Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação casos passados há dez anos” (RAMOS, 1969, p.3) – e volta-se para o momento da prisão em 1936 – “No começo de 1936, funcionário da Instrução Pública de Alagoas, tive a notícia de que misteriosos telefonemas, com veladas ameaças me procuravam o endereço” (RAMOS, p.8). Nesse primeiro momento, fazem-se algumas conjecturas sobre as razões do encarceramento e essas remetem às atividades do narrador como funcionário da Instrução Pública de Alagoas. Durante o período em que aí atuara, suspendera o canto do hino do estado nas escolas; recusara-se a aprovar a sobrinha de um militar e fora criticado por um interventor que ao visitar uma escola sentira-se exposto a misérias ao deparar-se com meninos pobres nos bancos escolares. Esses fatos são um recuo ao que se apresenta como eixo do texto, ou seja, os seis meses passados na prisão; um percurso de idas e vindas; de trocas de espaços e de desmandos. *Memórias* inicia-se com um vai-e-vem temporal. Há o presente da escrita, que performativamente funda o texto e indicia a escrita, como pode ser observado na expressão “resolvo-me a contar”; há o passado a que o texto e escrita remetem – a experiência na prisão no ano de 1936 – e um passado anterior, um segundo recuo, em que se buscam as possíveis causas para a prisão. Há ainda, aliada a essa hesitação temporal, a oscilação do enunciador, apresentada pela justaposição de “resolvo-me a contar” a “depois de muita hesitação”.

Em *Memórias*, o percurso do sujeito lançado na prisão, sem justificativa e processo, aponta a arbitrariedade. As razões esboçadas nas conjecturas do narrador para esse encarceramento inscrevem-se no interior do poder: ele, funcionário da educação pública, viu-se confrontado com um militar, um interventor e com interesses do governo. É, no espaço do poder, das instâncias da lei que a prisão se insinua. O fato é aparentemente paradoxal, pois une a legalidade, o poder político e a arbitrariedade. Sabe-se que a prisão, do ponto de vista jurídico, substitui os suplícios realizados em praça pública, substituição que data da contemporaneidade. “Desaparece, destarte, em princípios do século XIX, o grande espetáculo da punição física: o corpo supliciado é escamoteado: exclui-se do castigo a encenação da dor. Penetramos na época da sobriedade punitiva.” (FOUCAULT, 2005, p.16). A privacidade da punição, a extinção da tortura com amparo jurídico são contemporâneas à concepção do sujeito como detentor de direitos e possuidor de salvaguardas. A prisão, afirma Foucault (1976, p.65), “é uma das técnicas de poder necessárias para assegurar o desenvolvimento e o controle das forças produtivas” e não por acaso o sistema prisional é contemporâneo à configuração de disciplina. Há implícita a essa idéia a concepção de que o homem, amparado pelas leis, pode, ao mesmo tempo, ser adestrado por elas. Espera-se que o delinquente, modificado pela prisão, transforme-se num ser disciplinado, afeito às funções produtivas.

¹ UMC: Universidade de Mogi das Cruzes, *campus* Villa-Lobos, Vila Leopoldina, São Paulo-SP. E-mail: cabento@usp.br.

A supressão do castigo físico altera o estatuto da prisão e doravante o que está em jogo é a inserção do sujeito no âmbito da produção e o seu monitoramento que não hesita em colocar o conhecimento a serviço do poder. Na segunda metade do século XIX, por exemplo, a escrita, no interior da prisão, é utilizada como forma de escrutínio. Acredita-se na criminalidade como uma patologia e incitam-se os presos a escrever a história de suas vidas. Philippe Arthières (1996) menciona os trabalhos de Lacassagne e Lombroso em que os escritos autobiográficos e as tatuagens dos prisioneiros levavam a essa inspeção. A guarda do sujeito dá-se por meio de um mais poder sobre ele. A distância dos castigos físicos faz-se acompanhar de meios para aniquilar a autonomia do sujeito. Dessa forma, a carência de racionalidade, como no caso da prisão arbitrária em *Memórias do Cárcere*, é uma amostra da racionalidade perversa da prisão, que elimina o que ela encampa, o sujeito, para afirmá-lo como ser produtivo e disciplinado; racionalidade que elimina a lei para garantir a ordem, que supõe contestada pelo prisioneiro.

A tensão entre legalidade/arbitrariedade; ordem/desorganização associada à prisão tem a sua peculiaridade, pois, se a prisão, por um lado, intenta substituir o terror e o medo dos suplícios impostos ao corpo, ela, por outro lado, reabilita a sujeição por meios mais sofisticados, oculta o terror e o insere na legalidade.

Em *Memórias do Cárcere*, a prisão, como o terror, paralisa. Paralisa por meio da constrição do espaço físico que não permite o movimento, paralisa ao lançar o bando no exíguo Porão de Manaus e paralisa igualmente pela ausência de uma previsibilidade. A arbitrariedade da prisão sem acusação e processo coíbe a possibilidade de ação. A regularidade, a disciplina que o espaço prisional intenta construir no prisioneiro realiza-se fora da regularidade. O espaço coloca-se acima das regras a se respeitar, os presos ficam à mercê dos desmandos do poder e isso, acrescido à imobilidade física, leva à ataraxia. Inibe-se não apenas o movimento, mas o seu o desejo no pouco que ele é possível. A quebradeira, como denomina o narrador do texto, é um estado recorrente entre os prisioneiros que não sabem o que esperar e se vêem surpreendidos com as ações do aparato policial.

Diferente dos desígnios das concepções que distanciavam o castigo físico da nova ordem prisional, na segunda metade do século XIX, o aparato policial da ditadura de Vargas faz uso de todas as possibilidades de coerção e não hesita em usar dos conhecimentos das chamadas ciências, assim como da tortura, nas suas múltiplas formas, para assujeitar os prisioneiros.

No caso do episódio da transferência de Olga Benário e Elisa Berger, a tortura física, a psíquica e a demonstração de força misturam-se para desmobilizar e imobilizar os prisioneiros que se vêem impactados pela situação.

Uma noite chegaram-nos gritos medonhos do Pavilhão dos Primários, informações confusas de vozes numerosas. Aplicando o ouvido, percebemos que Olga Prestes e Elisa Berger iam ser entregues à Gestapo (...).

Apesar da manifestação ruidosa, inclinava-me a recusar a notícia: inadmissível. Sentado na cama, pensei com horror em campos de concentração, fornos crematórios, câmaras de gases. (...)

Em duro silêncio, fumando sem descontinuar, sentia na alma um frio desalento. Mas por que, na horrível ignomínia, haviam dado preferência

a duas criaturas débeis? Elisa Berger, presa, era tão inofensiva quanto o marido, preso também. Contudo iam oferecê-la aos carrascos alemães. (...) Á noite, na sala 4, Elisa despertava banhada num suor de agonia, os olhos espavoridos. A lembrança dos tormentos não a deixava; um relógio interior indicava o instante exato em que, meses atrás, a seveciavam na presença de Harry, imóvel, impotente. Olga Prestes, casada com brasileiro, estava grávida. Teria o filho entre inimigos, numa cadeia. Ou talvez morresse antes do parto.(...)

A cabeça entre as mãos, os olhos fixos no mosaico, tentava desviar-me dali, fugir ao pesadelo. Acendia um cigarro, jogava-o fora, acendia outro. Esse exercício, único, enervava-me. Não seria possível fazer outra coisa? A brasa do cigarro a queimar-me os dedos, convencia-me de que não estava adormecido. Idéias fúnebres iam, vinham, engrossavam-me o coração. Miseráveis. O campo sórdido, o opróbrio, a dor. E depois fornos crematórios, as câmaras de gás.” (RAMOS, 1969, 263-5)

A deformação dá o tom do episódio. Qual deformação? A do humano que perde o seu contorno e se apresenta como matéria esgarçada. Elisa, agônica, olhos espavoridos como autômata, regula-se pelo pavor diante da sevícia sofrida em frente ao marido, que também autômato apresenta-se imóvel e impotente. Olga, por sua vez, também é um nada que grávida é entregue aos campos nazistas. O esgarçamento também se apresenta nos atos reiterados do prisioneiro-narrador: “olhos fixos no mosaico”, o acender reiterado do cigarro e a compressão da cabeça entre as mãos. O espaço sem regularidades, dentro e fora da lei, faz dos seus habitantes homens de ações mecânicas, suprimindo a potência da criação. Elisa acorda em horas regulares e o narrador não vai além do ato repetitivo de acender os cigarros, queimar os dedos para certificar-se da consciência, antecipar os fornos que imagina esperar Elisa e Olga, e reiterar as idéias fúnebres. A morte fixa-se como pensamento e possibilidade, acirra o horror e a desintegração da potência do humano.

O prisioneiro comprimindo a cabeça entre as mãos diante da cena e da possibilidade da morte inumana faz lembrar *O Grito*, de Munch. Se a contigüidade deve-se à semelhança das duas posturas, ela é também de outra natureza. Tanto na pintura de Munch como em *Memórias*, o corpo se apresenta. Em textos sobre os campos de concentração, Ana Grierson (2003) vê no corpo a primeira instância violentada nos prisioneiros e daí sua recorrência nos textos de testemunho. Nos campos e na prisão, em *Memórias*, tira-se deles a possibilidade de reconhecimento: os cabelos raspados, os uniformes, a nudez aviltam os corpos, suprimem referências. Sobra, segundo Grierson, a esses presos, a precariedade das marcas no rosto desfigurado, “parte do corpo humano mais desnudado e imposta à violência” (LANDA, 2003) é também a que singulariza “os milhões de mortos sem rosto, contabilizados como dados estatísticos” (LANDA, 2003).

A “res extensa” que nos constitui é instância de inscrição das marcas do poder e do terror, antes ou depois da prisão, que constituída para eliminar essa inscrição saberá se apropriar do corpo para gravar no sujeito os desígnios da ordem que ela é a primeira a quebrar. Não é arbitrário então que o corpo em *Memórias* seja recorrente. A entrada na prisão marca as referências a ele. O subterrâneo Porão de Manaus tangencia com o desmonte do corpo e suas percepções. A luz bruxulenta, os odores misturados, o calor excessivo, a proximidade com os dejetos, que, junto com a urina e a matéria do vômito,

fazem do chão uma lavagem móvel, entorpecem o narrador, cujas percepções oscilam sem conseguir precisar-se.

O desmonte expande-se, nas várias prisões freqüentadas, nas diferentes incidências sobre o corpo. O trajeto é o da anulação das manifestações que ligam o corpo à vida e a sua dimensão de eroticidade. Não bastassem as supressões do movimento de ir e vir e da possibilidade de escolha, a prisão recorre a outras supressões e sofisticas os suplícios, utilizando a tecnologia e a ciência para melhor imprimi-los no corpo do sujeito e desarticulá-lo. O bromato inserido no café desmobiliza a libido e o prisioneiro questiona-se sobre o desejo perdido; a potassa presente na comida produz cólicas e aviltantes defecções coletivas e públicas.

O desarranjo estará também na decrepitude do rosto, no envelhecimento abrupto visto na face dos outros prisioneiros e intuído no seu. Parte de nós que não vemos, o rosto é, no entanto, gênese e possibilidade do olhar; nós o olhamos e o conhecemos no seu prolongamento em outro corpo. A decrepitude que o prisioneiro-narrador sente, ele vê refletida nos outros prisioneiros: “agora me revia nos outros, como em verídicos espelhos, e assaltava-me o desânimo, a quebradeira. Era possível que o meu desarranjo refletisse neles – e reciprocamente nos desconchavávamos.”(RAMOS, p. 298)

O desconchavo resulta também da tortura e as sevícias de Elisa Berger não são as suas únicas manifestações. A visão de um indivíduo sem as unhas do pé leva à pressuposição que elas tivessem sido arrancadas a turquês; Dinarte, um, dos presos, deseja ir para o estágio máximo de degradação, a Colônia Correcional, pois sofrer fisicamente o horror era aliviar-se da tortura psíquica. Gaúcho, por sua vez, esbofeteado por um dos guardas, aceita a tortura sem ao menos proteger o seu rosto e explica a aceitação com naturalidade – “Ele fez o que eu desejava, não houve desgraça nenhuma. Aquilo é treinamento do sistema nervoso, é ginástica. Sem exercício, eu enferrujo aqui dentro; quando sair, não posso arrombar direito uma casa, volto ao serviço com as juntas perras.” (RAMOS, vol. 2, p.135) Em outras vezes, a tortura e o terror configuram-se no corpo esvaindo-se pela doença sem receber cuidado como o caso do prisioneiro que aceitara ser operado distante de quaisquer indícios de higiene. O corte no abdômen deixava entrever o intestino avariado e o líquido que escorria era visitado por moscas.

Se é indiscutível que *Memórias do Cárcere* realiza um panorama da prisão da ditadura do período de Vargas, se do mesmo modo ela denuncia os paradoxos do Estado contemporâneo que, de um lado, firma-se sobre a manutenção da vida, mas, de outro lado, transita no espaço da morte e lança o sujeito na aporia de se ver seviciado por quem deveria protegê-lo, restringir o texto de Graciliano a essa dimensão é deixar de lado a marca de sua singularidade. Para além desses aspectos, essa obra, redigida mais de dez anos após os fatos, inscreve-se no espaço literário. Em *Memórias*, a linguagem não é apenas instrumento para transmitir o conhecimento do espaço prisional ou para dar conta da vivência que se realizou nos seis meses de detenção. A linguagem é matéria que se trabalha e forma o conteúdo do texto, e essa adesão à escrita é um dos traços do engajamento não só desse texto, mas de toda a produção de Graciliano. Como em seus outros trabalhos, a adesão ocorre pela tematização da escrita e pelo engajamento do que é dito à linguagem, que os forma.

Em *Memórias*, observamos, o corpo é matéria de sujeição. Se isso dá conta do aparato do poder nas prisões, o texto responde a esse aniquilamento e incorpora na narrativa várias manifestações em que o corpo emerge em meio aos mecanismos de objetivação e, a despeito das forças para silenciá-lo, mostra o poder de sua voz. A escrita não se

restringe ao corpo objeto, massacrado pelo aprisionamento; ela absorve como matéria as suas pulsões e lemos as várias ejeções do corpo, reagindo à barbárie do cárcere. Há nessa presença a atualização de tensões, o objeto a ser suprimido faz-se sujeito de seu desejo e reage. A antítese cria uma movência e um desdobramento em que elementos opostos coexistem e dão o tom da narrativa, que oscila e nos apresenta a lógica que constitui o texto: disjuntiva. Ela desdobra o que encontra e busca nas suas nervuras aquilo que passaria sem percepção. Assim, se a morte ronda os prisioneiros, se a ataraxia e a quebradeira tomam seus corpos, a vida é o seu correlato e o seu afrontamento no interior da narrativa. A polaridade está entre a afirmação e a negação da vida, entre o corpo que se intenta calar e a sua resposta indicando singularidade nas suas múltiplas manifestações: o escarro, o cuspe, o vômito, os roncões, os flatos, o esperma. A ejeção dessas matérias do corpo é a presença da vida e da sua força. É assim que podemos ler, logo após a entrada no imundo e inumano Porão de Manaus, a cena da masturbação do negro e a ejeção do esperma.

A tensão que o início do texto apresenta entre a resolução de contar os fatos e a hesitação de fazê-lo, desse modo, não é apenas um dado do conteúdo do texto; é também manifestação do seu modo de operar. É assim que em *Memórias*, texto de caráter autobiográfico, questiona-se a possibilidade dessa forma de texto e tenta-se fugir da primeira pessoa. Isso se faz com o apagamento do pronome irritante, o “eu”, na deliberada forma utilizada para escapar ao nome do narrador – “o fulano de tal” – e na escolha do pronome oblíquo, que faz o prisioneiro-narrador enviesar-se entre o seu caráter de sujeito e de objeto. O “me” não elimina a primeira pessoa, mas a cinde entre o seu lugar de sujeito realizador da ação e o lugar do objeto, ou seja, o do ser que a sofre. Uma análise possível é aliar o modo de apresentação do sujeito ao caráter de alienação em que ele se vê lançado no interior da prisão, que o faz “fulano de tal”, ou seja, ser sem desejos e identidade, ser objeto como nos poderia sugerir o pronome oblíquo. Certamente essa é uma possibilidade. Mas essa oscilação assim como a temporal, que não esquece o momento da enunciação e faz da escrita na prisão ou no momento de redação presença no texto, sugere também uma resistência por meio da escrita. A arbitrariedade da prisão em *Memórias* liga-se à escrita, como nos afirma, em diálogo com o narrador, Sobral Pinto, advogado que aceitara defendê-lo. Escrever talvez seja o movimento que se deseja coibir. Ao colocá-lo como presença, o narrador não só resiste às determinações, mas cria por meio desse ato uma adesão à vida. A despeito da proibição, a escrita é dos poucos movimentos que naquele espaço mobilizam o prisioneiro, mobilização que o aproxima da vida em meio à morte. Ela é uma das formas de resistência e resgate da potência humana. Se lembrarmos a etimologia de “poiesis” entre os gregos, a escrita como potência permite a passagem do não ser ao ser; permite a criação e a vida. Dessa forma, os trabalhos da linguagem, que aqui se viram apenas esboçados, eles são poéticos e por isso são políticos. Políticos porque poéticos, porque criam no interior da negação; por que encontram a humanidade na desumanização das prisões e encontram talvez o único sentido em meio da barbárie: o da criação.

Ao narrar a sua reação a retirada de Elisa Berger e Olga Benário da prisão, o prisioneiro deixa de lado os conectivos e opta pela parataxe. A justaposição dos períodos curtos sem articulação explícita, enfatiza a agonia e a aporia diante da sucessão que culmina na morte: “Idéias fúnebres iam, vinham, engrossavam-me o coração. Miseráveis. O corpo sórdido, o opróbrio, a dor. E depois fornos crematórios. As câmaras de gás.” (RAMOS,

p.285) As idéias de morte que iam e vinham repetem-se na construção dos períodos curtos e sincopados que prescindem de articulação.

Jacó Gorender (1995), analisando a passagem, nela identifica incorreção histórica. Os fornos crematórios, assim como os campos de concentração, não existiam em 1937. Eles só seriam construídos em 1940 e usados em grande escala a partir de 1942. O vacilo histórico, apontado pelo historiador, pouca ou nenhuma importância tem na leitura do texto. É possível que ele seja fruto do descompasso temporal entre o momento da escrita e o dos fatos, o que, desde o início do texto, o narrador não escamoteia. Seja por essa discrepância ou por um lapso de memória, a presença dos fornos incoerente do ponto de vista dos fatos acomoda-se ao que se vive e ao que se narra. No texto, a remissão a eles articula-se ao cigarro que queima os dedos e, atingindo o corpo, dá certeza de que o prisioneiro não sonha o horror que vive. A deformação dos fatos, nesse caso, articula-se ao texto e busca nas palavras a matéria para dizer o que não deveria ter sido vivido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARTIÈRES, P. **Clinique et l'Écriture, une Histoire du Regard Medical sur l'Écriture Ordinaire du Dix-neufième Siècle**. Thèse de Doctorat. Université Denis Diderot, Paris VII, 1996.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- FOUCAULT, M. **Dits et Ecrits**. Paris: Gallimard, 2001.
- GORENDER, J. "Graciliano Ramos: lembranças tangenciais". In: **Revista Estudos Avançados**, n. 23. São Paulo: IEA, janeiro de 1995.
- GRIERSON, K. "L' Individu: Corps" In: **Discours d' Auschwitz: littérature, représentation, symbolisation**. Paris: Honoré Champion Editeur, 2003.
- LANDA, F. "E. Lévinas e N. Abraham: um encadeamento a partir da Shoah. O estatuto ético do terceiro na constituição do símbolo em Psicanálise". In: SELIGMANN-SILVA. **História, Memória, Literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: Unicamp, 2003.
- RAMOS, G. **Memórias do Cárcere**. São Paulo: Martins Fontes, 1969.